

**HABEAS CORPUS Nº 515.521 - SC (2019/0168431-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**RONALDO FRANCISCO - SC036396**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : VALMOR JUNCES (PRESO)**

**DECISÃO**

**VALMOR JUNCES** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** na Apelação Criminal n. 0011911-20.2015.8.24.0008.

O paciente foi condenado, em primeira instância, pela prática do delito do art. 171, *caput*, do Código Penal. O Tribunal de origem fixou a reprimenda de 1 ano e 2 meses de reclusão mais 11 dias-multa. A pena privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direitos (prestação de serviços e pecuniária) e foi determinada a sua execução imediata.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação (execução antecipada) e substituição da pena privativa de liberdade por "multa e UMA restritiva de direitos" (fl. 11).

**Decido.**

Dúvidas não há de que o deferimento da liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **identifico manifesto constrangimento ilegal, no tocante à execução antecipada das penas restritivas de direitos**, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Embora a Sexta Turma – e, em particular, este relator – entendesse de maneira distinta (v.g. **AgRg no RCD no RHC n. 72.597/DF**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe 8/5/2017 e **HC n.**

**380.104/AM**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 22/2/2017), a questão foi submetida recentemente à análise da Terceira Seção (EREsp n. **1.619.087/SC**, julgado em 14/6/2017), oportunidade em que **ficou assentado não ser possível a execução provisória de pena privativa de liberdade convertida em restritiva de direitos**.

A compreensão manifestada no citado **EREsp n. 1.619.087/SC** foi reafirmada pela Terceira Seção deste Superior Tribunal em 24/10/2018, no julgamento do AgRg no HC n. 435.092/SP (Rel. Ministro **Rogério Schietti**, Rel. p/ acórdão Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**).

Assim, com a ressalva de meu entendimento em sentido contrário, uma vez que, no caso, **houve a substituição da pena privativa de liberdade por duas medidas restritivas de direito**, não se afigura possível a execução antes do trânsito em julgado da condenação.

À vista do exposto, **defiro a liminar**, para que seja **sobrestada a execução provisória** imposta na Ação Penal n. 0011911-20.2015.8.24.0008, até o seu trânsito em julgado ou o julgamento do mérito deste *writ*, o que ocorrer primeiro.

Comunique-se esta decisão, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**